

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O papel do Quadro de Referência Estratégico é o de enquadrar a presente proposta de Revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Penamacor em análise no quadro estratégico de planos, programas e estratégias nacionais que servem de referencial à avaliação ambiental estratégica.

Deste modo foram seleccionados um conjunto de planos, programas e estratégias para nortear a presente avaliação ambiental estratégica, tais como:

- Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial – PNPOT
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS (2005 – 2015)
- Programa Operacional Temático Valorização do Território – POTVT
- Plano Nacional da Água – PNA
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 – PEAASAR II
- Estratégia Nacional para Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais - ENEAPAI (2007-2013)
- Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água - PNUEA
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos para o período de 2007-2016 - PERSU II
- Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020) – PETI3+
- Plano Rodoviário Nacional - PRN2000;
- Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação – PANCD
- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade – ENCNB
- Estratégia Nacional para as Florestas – ENF
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PNDFCI
- Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde - PNAAS
- Plano Estratégico Nacional do Turismo – PENT
- Plano Nacional de Desenvolvimento Rural – PNDR;
- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego-PNACE
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – PSRN 2000
- Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética – PNAEE

- Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro - PROTC
- Programa Operacional da Região Centro - Centro 2020
- Plano de Gestão das Bacias Hidrográfica do Tejo (RH5);
- Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata – PORNSM
- Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Sul – PROFBIS
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI
- Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Penamacor – PMEPCP

Os objectivos estratégicos dos diferentes planos, programas e estratégias que constituem o Quadro de Referência Estratégico da presente avaliação ambiental estratégica realizada sobre a Revisão do PDM de Penamacor são descritos nos quadros que se seguem.

Plano Nacional da Política de Ordenamento Territorial - PNPOT

O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o próximo período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013).

Objectivos Estratégicos

1. Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos;
2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;
3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
5. Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.

PNPOT	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizando de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, prevenindo e minimizando os riscos.					
Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global.					
Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.					
Garantir equidade territorial no provimento de equipamentos colectivos e acessos a serviços de interesse geral fomentando a coesão social.					
Expandir as redes de informação e comunicação e incentivar a sua utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.					
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.					

 LIGAÇÃO FRACA
  LIGAÇÃO MÉDIA
  LIGAÇÃO FORTE

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2005 – 2015) – ENDS

A ENDS apresenta como desígnio “retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social”.

Objectivos Estratégicos

1. Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”;
2. Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética;
3. Melhor ambiente e valorização do património natural;
4. Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
5. Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território;
6. Um papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional;
7. Uma administração pública eficiente e modernizada.

ENDS	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento.					
Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética.					
Melhor ambiente e valorização do património natural.					
Mais equidade, igualdade de oportunidade e coesão social.					
Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território.					
Um papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional.					
Uma administração pública mais eficiente e modernizada.					



LIGAÇÃO FRACA



LIGAÇÃO MÉDIA



LIGAÇÃO FORTE

Programa Operacional Temático Valorização do Território - POTVT

Na grande intenção estratégica assumida pelo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para o horizonte 2007-2013, insere-se o Programa Operacional Temático Valorização do Território que respeita as intervenções financiadas pelo FEDER, no âmbito do objectivo Convergência, e as intervenções financiadas pelo Fundo de Coesão, no âmbito dos objectivos Convergência e Competitividade e Emprego, cujas orientações comunitárias vão no sentido de estimular o potencial de crescimento sustentado da economia portuguesa.

Objectivos principais

1. Atenuar a situação periférica do país no contexto global, por via da melhoria da conectividade internacional e da integração das redes nacionais às redes transeuropeias de transportes
2. Consolidar as redes e infra-estruturas que estruturam o território nacional, ao serviço da competitividade e da coesão
3. Promover o desenvolvimento urbano policêntrico, reforçando a articulação das cidades com as respectivas áreas envolventes e a qualificação dos espaços urbanos
4. Preservar e valorizar os recursos naturais, a biodiversidade e o património natural
5. Qualificar os serviços ambientais, garantindo a sua universalidade e sustentabilidade
6. Prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e tecnológicos
7. Promover a coesão social, assegurando a equidade territorial
8. Organizar e valorizar o policentrismo potencial da Região
9. Potenciar a biodiversidade da Região e as suas mais-valias ambientais
10. Uma visão estratégica para as políticas de mitigação de riscos

POTVT

Melhoria da conectividade internacional e da integração das redes nacionais às redes transeuropeias de transportes.
Consolidar as redes e infra-estruturas ao serviço da competitividade e da coesão.
Reforçar a articulação das cidades com as respectivas áreas envolventes e a qualificação dos espaços urbanos.
Preservar e valorizar os recursos naturais, a biodiversidade e o património Natural.
Qualificar os serviços ambientais, garantindo a sua universalidade e sustentabilidade.
Prevenir, gerir e monitorizar os riscos naturais e tecnológicos.
Promover a coesão social, assegurando a equidade territorial.

PDM Penamacor				
I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
				
				
				
				
				
				
				



LIGAÇÃO FRACA



LIGAÇÃO MÉDIA



LIGAÇÃO FORTE

Plano Nacional da Água - PNA

Documento que define orientações de âmbito nacional para a gestão integrada dos recursos hídricos fundamentadas em diagnóstico actualizado da situação e na definição de objectivos a alcançar através de medidas e acções, elaborado de acordo com o Decreto-Lei nº45/94, de 22 de Fevereiro.

Objectivos principais

1. Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, como forma de gerir a procura e garantir as melhores condições ambientais futuras;
2. Assegurar a gestão integrada no domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas outras políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspectos da quantidade e da qualidade da água e dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais;
3. Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica e tendo em conta a protecção a longo prazo dos meios hídricos disponíveis e as perspectivas socioeconómicas;
4. Promover a racionalização, a optimização e a eficácia do quadro institucional, a adequação do quadro normativo nacional às novas perspectivas e exigências da gestão e planeamento em matéria de recursos hídricos e o cumprimento da legislação, nacional, comunitária e das convenções e acordos internacionais subscritos por Portugal, nomeadamente a Convenção de Albufeira;
5. Promover a informação e a participação das populações e das suas instituições representativas nos processos de planeamento e gestão dos recursos hídricos;
6. Promover o aumento do conhecimento, do estudo e da investigação aplicada dos sistemas hídricos.

PNA
Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, como forma de gerir a procura e garantir as melhores condições ambientais futuras
Assegurar a gestão integrada no domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas outras políticas sectoriais
Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica e tendo em conta a sua protecção
Promover a racionalização, a optimização e a eficácia do quadro institucional, a adequação do quadro normativo nacional às novas perspectivas e exigências da gestão e planeamento em matéria de recursos hídricos e o cumprimento da legislação
Promover a informação e a participação das populações e das suas instituições representativas nos processos de planeamento e gestão dos recursos hídricos
Promover o aumento do conhecimento, do estudo e da investigação aplicada dos sistemas hídricos

PDM Penamacor				
I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
				
				
				
				
				
				



LIGAÇÃO FRACA



LIGAÇÃO MÉDIA



LIGAÇÃO FORTE

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para 2007-2013 - PEAASAR II

A estratégia consagrada no PEAASAR 2007-2013 define objectivos e propõe medidas de optimização de gestão nas vertentes em alta e em baixa e de optimização do desempenho ambiental do sector, e clarifica o papel da iniciativa privada, criando espaços de afirmação e consolidação de um tecido empresarial sustentável, concorrencial e ajustado à realidade portuguesa. Visa, assim, a minimização das ineficiências dos sistemas numa perspectiva de racionalização dos custos a suportar pelas populações, estabelece os modelos de financiamento e as linhas de orientação da política tarifária e define a reformulação do enquadramento legal e do modelo regulatório necessária à sua maior eficácia.

Objectivos principais

1. Universalidade, continuidade e qualidade do serviço
2. Solidariedade nacional e regional nas soluções adoptadas, contribuindo para o pagamento do serviço a um preço justo e adaptado ao poder de compra dos utilizadores
3. Lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade, privilegiando a adequada cobertura da população em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos
4. Sustentabilidade do sector
5. Melhoria da produtividade e da eficiência em articulação com o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (Estratégia de Lisboa) e com o Plano Tecnológico
6. Coordenação com as políticas de desenvolvimento regional, nomeadamente como forma de consolidar a integração de cada entidade gestora no tecido social e empresarial da respectiva área de actuação
7. Credibilidade, eficácia, equilíbrio e transparência dos modelos de gestão do sector
8. Protecção dos valores ambientais
9. Incorporação dos princípios subjacentes à estratégia nacional e comunitária para o desenvolvimento sustentável
10. Afirmação das boas práticas ambientais, nomeadamente no âmbito da implementação da Lei da Água, ajudando, pelo exemplo, à evolução no mesmo sentido do tecido empresarial envolvente
11. Reforço dos mecanismos de regulação, controlo e penalização

PEAASAR II	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Universalidade, continuidade e qualidade do serviço.					
Solidariedade nacional e regional nas soluções adoptadas, com um preço de serviço justo e adaptado ao poder de compra.					
Lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade.					
Sustentabilidade do sector.					
Melhoria da produtividade e da eficiência em articulação com o PNACE e com o Plano Tecnológico.					
Coordenação com as políticas de desenvolvimento regional.					
Credibilidade, eficácia, equilíbrio e transparência dos modelos de gestão do sector.					
Protecção dos valores ambientais.					
Incorporação dos princípios subjacentes à estratégia nacional e comunitária para o desenvolvimento sustentável.					
Afirmação das boas práticas ambientais, nomeadamente no âmbito da implementação da Lei da Água.					
Reforço dos mecanismos de regulação, controlo e penalização.					



LIGAÇÃO FRACA



LIGAÇÃO MÉDIA



LIGAÇÃO FORTE

Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (2007-2013) – ENEAPAI

Este documento pretende definir uma estratégia sustentável, que se enquadre no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), contemplando o território nacional continental e abrangendo os diversos sectores da produção agro-pecuária e agro-industrial, integrando as especificidades e características de cada sector produtivo, dos efluentes por eles produzidos e das regiões onde se inserem.

Objectivos Estratégicos

1. Adoptar um modelo institucional para a concepção, construção, gestão e exploração das soluções de valorização e de tratamento de efluentes, através de entidades com reconhecida capacidade técnica, que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas;
2. Adoptar soluções colectivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada;
3. Aplicar uma tarifa de tratamento ao utilizador o mais baixa possível, através da escolha da melhor solução técnica e que seja também a melhor solução em termos económicos, reflectindo um modelo de gestão e exploração optimizado;
4. Garantir a responsabilidade e o envolvimento dos sectores económicos.

ENEAPAI	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
	Adoptar um modelo institucional para a concepção, construção, gestão e exploração das soluções de valorização e de tratamento de efluentes, através de entidades com reconhecida capacidade técnica, que garanta o bom funcionamento das instalações e o controlo das descargas.				
	Adoptar soluções colectivas para o tratamento dos efluentes, quando tal se revelar a solução técnica, económica e ambientalmente mais adequada				
	Aplicar uma tarifa de tratamento ao utilizador o mais baixa possível, através da escolha da melhor solução técnica e que seja também a melhor solução em termos económicos, reflectindo um modelo de gestão e exploração optimizado.				
	Garantir a responsabilidade e o envolvimento dos sectores económicos				



LIGAÇÃO FRACA



LIGAÇÃO MÉDIA



LIGAÇÃO FORTE

Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água - PNUEA

O PNUEA visa ter um enquadramento geral do estado do uso da água em Portugal e das orientações nacionais para o uso eficiente da água, que se consubstanciará nas áreas programáticas e nas metas para os sectores urbano, agrícola e industrial.

Objectivos principais

1. Promover o uso eficiente da água em Portugal, nos sectores urbano, agrícola e industrial.

Rua da Liberdade, Lote 5, Loja 1, 3020-112 COIMBRA – NIPC: 507104145 – Capital Social 58.500 € - Telef: 239 493 119 – geral@sinergiae.pt – www.sinergiae.pt

Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos - PERSU II

O PERSU II constitui um instrumento estratégico da gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) para o período de 2007 a 2016, fundamental para que o sector possa dispor de orientações e objectivos claros, bem como de uma estratégia de investimento que confira coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes directamente envolvidos.

Objectivos principais

1. Separar na origem
2. Reduzir, reutilizar, reciclar
3. Minimizar a deposição no aterro
4. “Waste to energy” para a fracção “resto” (não reciclável)
5. Protocolo de Quioto: compromisso determinante na política de resíduos
6. Informação validada a tempo de se poderem tomar decisões
7. Estratégia de Lisboa: Sustentabilidade dos sistemas de gestão

PERSU II	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Separar na origem.					
Reduzir, reutilizar, reciclar.					
Minimizar a deposição no aterro.					
"Waste to energy" para a fracção "resto" (não reciclável).					
"Protocolo de Quioto": compromisso determinante na política de resíduos.					
Informação validada a tempo de se poderem tomar decisões.					
Estratégia de Lisboa: Sustentabilidade dos sistemas de gestão.					
	 LIGAÇÃO FRACA	 LIGAÇÃO MÉDIA	 LIGAÇÃO FORTE		

Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020) – PETI3+

A elaboração do Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas – PETI3+ – o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+) surge como uma atualização do PET (Plano Estratégico de Transportes) 2011-2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste sector, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década.

O PETI3+ veio colocar em evidência, perante toda a sociedade Portuguesa, a situação de insustentabilidade a que chegou o sector público dos transportes e infraestruturas e a inevitabilidade de introduzir reformas profundas e urgentes.

Objectivos Estratégicos

1. Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego
2. Assegurar a competitividade do sector dos transportes e a sua sustentabilidade para os contribuintes portugueses
3. Promover a coesão social e territorial, bem como a sustentabilidade ambiental, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o país;

PETI3+

Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego.

Assegurar a competitividade do sector dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses.

Promover a coesão social e territorial, bem como a sustentabilidade ambiental, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o país.

PDM Penamacor				
I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
				
				
				
 LIGAÇÃO FRACA  LIGAÇÃO MÉDIA  LIGAÇÃO FORTE				

Plano Rodoviário Nacional 2000 – PNR 2000

O PNR 2000 procede à revisão do PNR 85, introduzindo significativas inovações, potenciando o correcto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede, sem prejuízo de terem sido respeitados os grandes objectivos do PRN 85.

Objectivos Estratégicos

1. Potenciar o correcto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários;
2. Fomentar o desenvolvimento de potencialidades regionais;
3. Potenciar a redução do custo global dos transportes rodoviários;
4. Promover o aumento de segurança da circulação;
5. Satisfazer as necessidades do tráfego internacional;
6. Promover a eficiência de gestão da rede.

PRN2000	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Potenciar o correcto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários;					
Fomentar o desenvolvimento de potencialidades regionais;					
Potenciar a redução do custo global dos transportes rodoviários;					
Promover o aumento de segurança da circulação;					
Satisfazer as necessidades do tráfego internacional;					
Promover a eficiência de gestão da rede					

 LIGAÇÃO FRACA

 LIGAÇÃO MÉDIA

 LIGAÇÃO FORTE

Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação - PANCD

O PANCD com o intuito de orientar, disciplinar, promover, dinamizar, integrar e coordenar as acções de combate à desertificação e minimização dos efeitos da seca nas zonas semi-áridas e sub-húmidas.

Objectivos principais

1. Conservação do solo e da água
2. Fixação da população activa nos meios rurais
3. Recuperação das áreas afectadas
4. Sensibilização da população para a problemática da desertificação
5. Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais

PANCD	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Conservação do solo e da água.					
Fixação da população activa nos meios rurais.					
Recuperação das áreas afectadas.					
Sensibilização da população para a problemática da desertificação.					
Consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e sectoriais.					

 LIGAÇÃO FRACA
  LIGAÇÃO MÉDIA
  LIGAÇÃO FORTE

Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade - ENCNB

A ENCNB assume três objectivos gerais: conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, aprovada para Portugal está envolvido, em ratificação pelo Decreto n.º 21/93, de 29 de Junho.

Objectivos principais

1. Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas
2. Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas
3. Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social
4. Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000
5. Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico
6. Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais
7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local
8. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da Biodiversidade
9. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil
10. Intensificar a cooperação internacional

ENCNB	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a sua monitorização.					
Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas.					
Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social.					
Assegurar a conservação e a valorização do património natural das zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000.					
Desenvolver acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico.					
Promover a integração da política de conservação da Natureza e da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território.					
Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local.					
Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da Biodiversidade.					
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil.					
Intensificar a cooperação internacional.					



LIGAÇÃO FRACA



LIGAÇÃO MÉDIA



LIGAÇÃO FORTE

Estratégia Nacional para as Florestas – ENF

A ENF promove a definição do enquadramento estratégico para o desenvolvimento do sector florestal em Portugal, revestindo-se, de particular importância por ter consequências na definição das medidas de apoio ao sector.

A Estratégia é suportada numa matriz estruturante do valor das florestas, que se pretende maximizar através de seis linhas de acção estratégicas, que, a curto prazo, tendem a minimizar os riscos de incêndios e dos agentes bióticos e, a médio prazo, a assegurar a competitividade do sector.

Objectivos Estratégicos

1. Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos
2. Especialização do território
3. Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável
4. Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos
5. Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector
6. Racionalização e simplificação dos instrumentos de política

ENF	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos					
Especialização do território					
Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável					
Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos					
Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector					
Racionalização e simplificação dos instrumentos de política					

 LIGAÇÃO FRACA
  LIGAÇÃO MÉDIA
  LIGAÇÃO FORTE

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PNDFCI

O Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) enuncia a estratégia e determina os objectivos, as prioridades e as intervenções a desenvolver para atingir as metas preconizadas.

Este PNDFCI pretende contribuir, a par de demais legislação já aprovada e a aprovar, para a definição de uma estratégia e a articulação metódica e equilibrada de um conjunto de acções com vista a fomentar a gestão activa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais.

Objectivos Estratégicos

1. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.
2. Redução da incidência dos incêndios.
3. Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.
4. Recuperar e reabilitar os ecossistemas.
5. Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

PNDFCI	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.					
Redução da incidência dos incêndios.					
Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.					
Recuperar e reabilitar os ecossistemas.					
Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.					

 LIGAÇÃO FRACA
  LIGAÇÃO MÉDIA
  LIGAÇÃO FORTE

Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS)

O Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAAS) tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em factores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.

Objectivos Estratégicos

1. Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos;
2. Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a factores ambientais;
3. Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;
4. Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

PNAAS	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos;					
Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a factores ambientais;					
Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;					
Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.					
Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde da pessoa e das comunidades a eles expostos;					

 LIGAÇÃO FRACA
  LIGAÇÃO MÉDIA
  LIGAÇÃO FORTE

Plano Estratégico Nacional do Turismo – PENT

A visão para o Turismo em Portugal é uma visão estratégica ambiciosa, mas exequível, assente em 3 pilares: “Portugal deverá ser um dos destinos de maior crescimento na Europa, através do desenvolvimento baseado na qualificação e competitividade da oferta, transformando o sector num dos motores de crescimento da economia nacional.”

Objectivos principais

1. Potenciar as valências de todo o país desenvolvendo novos pólos de atracção turística;
2. Qualificar serviços e destinos, aposta em recursos humanos qualificados e na desburocratização e simplificação dos processos;
3. Ajustamento das empresas nacionais aos novos modelos de negócio, através dos canais de distribuição electrónica e da presença on-line dos destinos e produtos;
4. Conhecimento como factor de inovação e de orientação da actividade turística.

PENT	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Potenciar as valências de todo o país desenvolvendo novos pólos de atracção turística.					
Qualificar serviços e destinos, aposta em recursos humanos qualificados e na desburocratização e simplificação dos processos.					
Ajustamento das empresas nacionais aos novos modelos de negócio, através dos canais de distribuição electrónica e da presença on-line dos destinos e produtos.					
Conhecimento como factor de inovação e de orientação da actividade turística.					

 LIGAÇÃO FRACA
  LIGAÇÃO MÉDIA
  LIGAÇÃO FORTE

Plano Nacional de Desenvolvimento Rural – PNDR

O PNDR deve assegurar a coerência do apoio comunitário ao desenvolvimento rural com as orientações estratégicas comunitárias, bem como a coordenação de todas as prioridades comunitárias, nacionais e regionais. O PNDR é o instrumento de referência para a preparação da programação do FEADER e é executado através de um ou mais Programas de Desenvolvimento Rural (PDR).

Objectivos principais

1. Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal;
2. Gestão sustentável dos Espaços Rurais e dos recursos naturais;
3. Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais;
4. Reforço da coesão territorial e social;
5. Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural.

PNDR	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal.					
Gestão sustentável dos Espaços Rurais e dos recursos naturais.					
Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais.					
Reforço da coesão territorial e social.					
Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural.					
 LIGAÇÃO FRACA  LIGAÇÃO MÉDIA  LIGAÇÃO FORTE					

Plano Nacional de Acção para o Crescimento do Emprego - PNACE

O PNACE é um programa integrado que Portugal desenvolve no contexto da União Europeia, face aos desafios colocados pela economia e pela sociedade globalizada em que tem que competir e se quer afirmar.

Objectivos principais

1. Reforçar a credibilidade, consolidando as contas públicas e apostando em políticas fortes, transparentes, focalizadas e direccionadas para a solução dos pontos críticos que limitam o desenvolvimento do País e a sua capacidade de atrair capitais e recursos internos e externos.
2. Apostar na confiança, fomentando o crescimento económico, melhorando o contexto jurídico e legal, afirmando políticas públicas coerentes e estrategicamente enquadradas, incrementando o investimento público nos sectores chave para o sucesso dessas políticas, atraindo o investimento privado e apoiando a modernização do tecido empresarial.
3. Assumir os desafios da competitividade, implementando um plano tecnológico que acresça a capacidade de gerar valor das pessoas, das empresas e das instituições, através do conhecimento, da tecnologia e da inovação, e eliminando as práticas burocráticas de forma a tornar o País mais atractivo para os negócios.
4. Reforçar a coesão social, territorial e ambiental como factores de competitividade e desenvolvimento sustentável, promover o emprego, combater o desemprego e reforçar a educação e qualificação da população portuguesa numa óptica de aprendizagem ao longo da vida.

PNACE	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Reforçar a credibilidade, consolidando as contas públicas e apostando em políticas fortes, transparentes, focalizadas e direccionadas para a solução dos pontos críticos que limitam o desenvolvimento do País e a sua capacidade de atrair capitais e recursos internos e externos. Apostar na confiança, fomentando o crescimento económico, melhorando o contexto jurídico e legal, afirmando políticas públicas coerentes e estrategicamente enquadradas, incrementando o investimento público nos sectores chave para o sucesso dessas políticas, atraindo o investimento privado e apoiando a modernização do tecido empresarial Assumir os desafios da competitividade, implementando um plano tecnológico que acresça a capacidade de gerar valor das pessoas, das empresas e das instituições, através do conhecimento, da tecnologia e da inovação, e eliminando as práticas burocráticas de forma a tornar o País mais atractivo para os negócios "Reforçar a coesão social, territorial e ambiental como factores de competitividade e desenvolvimento sustentável, promover o emprego, combater o desemprego e reforçar a educação e qualificação da população portuguesa numa óptica de aprendizagem ao longo da vida."					
					
					
					
 LIGAÇÃO FRACA  LIGAÇÃO MÉDIA  LIGAÇÃO FORTE					

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – PSRN2000

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento de gestão territorial na concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.

Objectivos principais

1. Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo;
2. Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, orientando a uma macro-escala a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território a efectuar, posteriormente, através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam directamente os particulares (planos municipais e planos especiais de ordenamento do território);
3. Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats naturais e semi-naturais e das espécies de flora e fauna, presentes nos Sítios e ZPE;
4. Estabelecer directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação, a definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território;
5. Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos *habitats* e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo, tendo em conta a distribuição dos *habitats* a proteger;
6. Fornecer orientações sobre a inserção (a efectuar no prazo máximo de seis anos) em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores, na medida em que são estes os planos vinculativos dos particulares;

Definir, para cada Sítio e ZPE, os projectos a sujeitar a avaliação de impacte ambiental ou a análise de incidências ambientais.

PSRN 2000

Estabelecer orientações estratégicas para a gestão do território das ZPE e Sítios considerando os valores naturais que nele ocorrem, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo;

Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais das ZPE e Sítios, a fixação dos usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território

Representar cartograficamente a distribuição dos habitats naturais e semi-naturais e das espécies de flora e fauna, presentes nos Sítios e ZPE;

Estabelecer directrizes para o zonamento das áreas em função das respectivas características e prioridades de conservação, fixando e zonando os usos do território e os regimes de gestão

Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições do uso do solo

Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições do uso do solo

Definir, para cada Sítio e ZPE, os projectos a sujeitar a avaliação de impacto ambiental ou a análise de incidências ambientais.

PDM Penamacor

I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído



LIGAÇÃO FRACA



LIGAÇÃO MÉDIA



LIGAÇÃO FORTE

Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética – Portugal Eficiência 2015

O Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética — Portugal Eficiência 2015, trata-se de um documento que engloba um conjunto alargado de programas e medidas consideradas fundamentais para que Portugal possa alcançar e suplantar os objectivos fixados no âmbito da Directiva n.º 2006/32/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos, estando em articulação com o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC).

Objectivos Estratégicos

1. Melhorar o rendimento energético de produtos, dos edifícios e serviços.
2. Melhorar o rendimento da produção e distribuição de energia.
3. Reduzir os impactes dos transportes no consumo energético.
4. Suscitar e reforçar um comportamento racional em matéria de consumo de energia.

PNAEE	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Melhorar o rendimento energético de produtos, dos edifícios e serviços.					
Melhorar o rendimento da produção e distribuição de energia.					
Reduzir os impactes dos transportes no consumo energético.					
Suscitar e reforçar um comportamento racional em matéria de consumo de energia.					

 LIGAÇÃO FRACA
  LIGAÇÃO MÉDIA
  LIGAÇÃO FORTE

Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro – PROTC

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, PROT Centro, é um instrumento fundamental de articulação entre o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, o PNPT, os diversos instrumentos de política sectorial com expressão territorial e os instrumentos de planeamento municipal.

Objectivos principais

1. Valorizar estrategicamente os activos específicos de internacionalização da Região;
2. Viabilizar a transição sustentada da Região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento;
3. Uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural;
4. Valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos susceptíveis de reconhecimento de procura;
5. Valorizar o potencial de energias renováveis da Região como factor de diferenciação competitiva;
6. Organizar e valorizar o policentrismo potencial da Região;
7. Potenciar a biodiversidade da Região e as suas mais-valias ambientais;
8. Uma visão estratégica para as políticas de mitigação de riscos.

PROTC	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Valorizar estrategicamente os activos específicos de internacionalização da Região.					
Viabilizar a transição sustentada da Região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento.					
Uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural.					
Valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos susceptíveis de reconhecimento de procura.					
Valorizar o potencial de energias renováveis da Região como factor de diferenciação competitiva.					
Organizar e valorizar o policentrismo potencial da Região.					
Potenciar a biodiversidade da Região e as suas mais-valias ambientais.					
Uma visão estratégica para as políticas de mitigação de riscos.					

 LIGAÇÃO FRACA
  LIGAÇÃO MÉDIA
  LIGAÇÃO FORTE

CENTRO 2020 - Programa Operacional Regional do Centro (2014 – 2020)
O CENTRO 2020, o Programa Operacional Regional do Centro para aplicação na região, no período 2014 a 2020, vem responder a novos desafios e a uma nova ambição para o futuro da nossa região. A aplicação dos fundos europeus no Centro de Portugal, nos próximos anos, estará orientada prioritariamente para o reforço da competitividade das empresas e para a promoção do emprego. Mas também será dado particular relevo à proteção e à utilização eficiente dos recursos da região e à inclusão social das pessoas mais desfavorecidas.
Objectivos Estratégicos
1. Investigação, Desenvolvimento e Inovação, 2. Competitividade e Internacionalização da economia regional, 3. Desenvolver o potencial humano, 4. Promover e dinamizar a empregabilidade, 5. Fortalecer a coesão social e territorial; 6. Afirmar a sustentabilidade dos recursos; 7. Afirmar a sustentabilidade dos territórios; 8. Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais 9. Reforçar a rede urbana

CENTRO 2020	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Investigação, Desenvolvimento e Inovação					
Competitividade e Internacionalização da economia regional					
Desenvolver o potencial humano					
Promover e dinamizar a empregabilidade					
Fortalecer a coesão social e territorial					
Afirmar a sustentabilidade dos recursos					
Afirmar a sustentabilidade dos territórios					
Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais					
Reforçar a rede urbana					
 LIGAÇÃO FRACA  LIGAÇÃO MÉDIA  LIGAÇÃO FORTE					

Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo – PBHT

Trata-se de um plano sectorial que, assentando numa abordagem conjunta e interligada de aspectos técnicos, económicos, ambientais e institucionais e envolvendo os agentes económicos e as populações directamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica do Tejo, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e protecção do ambiente.

Objectivos principais

1. Recuperação e prevenção da qualidade da água.
2. Gestão da procura.
3. Protecção da Natureza.
4. Prevenção e minimização dos efeitos das cheias, das secas e de acidentes de poluição.
5. Valorização económica e social dos recursos hídricos.
6. Articulação do Ordenamento do Território com o Ordenamento do Domínio Hídrico.
7. Quadro Normativo e Institucional.
8. Sistema Económico e Financeiro.
9. Aprofundamento do conhecimento sobre recursos hídricos

PBHT	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Recuperação e prevenção da qualidade da água,					
Gestão da procura.					
Protecção da Natureza.					
Prevenção e minimização dos efeitos das cheias, das secas e de acidentes de poluição					
Valorização económica e social dos recursos hídricos					
Articulação do Ordenamento do Território com o Ordenamento do Domínio Hídrico					
Quadro Normativo e Institucional.					
Sistema Económico e Financeiro.					
Aprofundamento do conhecimento sobre recursos hídricos					



LIGAÇÃO FRACA



LIGAÇÃO MÉDIA



LIGAÇÃO FORTE

Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata – PORNSM

O PORNSM estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, assegurando a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável da área de intervenção e fixando regras com vista à harmonização e compatibilização das actividades humanas com a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica.

Objectivos principais

1. Assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, concentrando o esforço nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;
2. Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, *habitats* e ecossistemas;
3. Promover a valorização da área protegida, assegurando a conservação do seu património natural;
4. Desenvolver acções específicas de conservação e gestão de espécies e *habitats* prioritários;
5. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade;
6. Enquadrar as actividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações de forma sustentada;
7. Corrigir os processos que podem conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
8. O estabelecimento de áreas de regras de utilização do território que garantam a boa qualidade ambiental e paisagística da zona de intervenção;
9. O fomento da qualidade dos biótopos, optimizando a sua adequabilidade para as espécies de conservação prioritária;
10. A aplicação de disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da conservação da natureza, quer do ponto de vista do ordenamento do território;
11. A articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional, com vista à gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos caracterizadores da região.

PORNSM
Assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais
Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, e a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas
Promover a valorização da área protegida, assegurando a conservação do seu património natural
Desenvolver acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats prioritários
Promover a educação e a formação em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade
Enquadrar as actividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações de forma sustentada
Corrigir os processos que conduzam à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização
O estabelecimento de regras de utilização do território que garantam a boa qualidade ambiental e paisagística da zona de intervenção
O fomento da qualidade dos biótopos, optimizando a sua adequabilidade para as espécies de conservação prioritária
A aplicação de disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da conservação da natureza, quer do ponto de vista do ordenamento do território
A articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional, com vista à gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos caracterizadores da região

PDM Penamacor				
I. Criação de um envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				



LIGAÇÃO FRACA



LIGAÇÃO MÉDIA



LIGAÇÃO FORTE

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul - PROFBIS

Instrumento sectorial de gestão territorial, que incidem sobre os espaços florestais e visam enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, de forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

Objectivos Estratégicos

1. Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais;
2. Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta;
3. Constituir um diagnóstico integrado e actualizado da realidade florestal da região;
4. Aplicação regional das directrizes estratégicas nacionais de política florestal;
5. Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse;
6. Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições;
7. Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.

PROFBIS	PDM Penamacor				
	I. Criação de um envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais.					
Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta.					
Constituir um diagnóstico integrado e actualizado da realidade florestal da região					
Aplicação regional das directrizes estratégicas nacionais de política florestal					
Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse					
Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições					
Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.					

 LIGAÇÃO FRACA
  LIGAÇÃO MÉDIA
  LIGAÇÃO FORTE

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PMDFCI

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) transfere para o município de Penamacor as propostas realizadas a nível nacional do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndio. O PMDFCI é um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, que visam concretizar os objectivos estratégicos definidos e quantificados no PNDFCI.

Objectivos principais

1. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
2. Redução da incidência dos incêndios;
3. Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
4. Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
5. Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

PMDFCI	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais.					
Redução da incidência dos incêndios.					
Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios.					
Recuperar e reabilitar os ecossistemas.					
Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.					

 LIGAÇÃO FRACA
  LIGAÇÃO MÉDIA
  LIGAÇÃO FORTE

Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Penamacor - PMEPCP

O Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Penamacor, é um documento formal no qual são definidas as principais orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil.

Objectivos principais

1. Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
2. Definir as orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil;
3. Definir a unidade de direcção, coordenação e comando das acções a desenvolver;
4. Coordenar e sistematizar as acções de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
5. Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
6. Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
7. Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
8. Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessárias à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
9. Promover a informação das populações através de acções de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoprotecção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

PME	PDM Penamacor				
	I. Criação de uma envolvente para o Desenvolvimento	II. Dinamização do Turismo	III. Valorização dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social	IV. Valorização e Promoção da Produção Agrícola de Qualidade	V. Promoção, Valorização e Preservação do Património Natural e Construído
Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe					
Definir as orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil					
Definir a unidade de direcção, coordenação e comando das acções a desenvolver					
Coordenar e sistematizar as acções de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes					
Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe					
Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade					
Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique					
Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessárias à gestão de acidentes graves ou catástrofes					
Promover a informação das populações através de acções de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoprotecção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência					



LIGAÇÃO FRACA



LIGAÇÃO MÉDIA



LIGAÇÃO FORTE